



Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

Poder Executivo

CNPJ: 84.263.862/0001-05 / www.novaesperancadopiria.pa.gov.br



### TERMO DE REFERENCIA

#### 1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Horas de Serviços para Reparação e Manutenção dos veículos leves e pesados (gasolina e diesel) a fim atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos de Nova Esperança do Piriá/PA.

#### 2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1. A contratação tem como finalidade oferecer Horas de Serviços para Reparação e Manutenção dos veículos leves e pesados (gasolina e diesel) a fim atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos de Nova Esperança do Piriá/PA, seguir as especificações e quantidades estabelecidas abaixo. Segue uma estimativa da quantidade por item prevista na contratação.

Item	Especificação	Qtd.	Unid	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Serviços Mecânicos para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	2.300	Horas		
2	Serviços Elétricos para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	1.500	Horas		
3	Serviços Lanternagem para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	1.700	Horas		
4	Serviços Mecânicos para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	3.600	Horas		
5	Serviços Elétrico para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	1.900	Horas		
6	Serviços Lanternagem para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	1.800	Horas		
7	Serviços Mecânicos de Torno e Solda, conforme necessidades do Município.	1.400	Horas		

N.º ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	SECRETARIA
1	Marca: CHEVROLET, Modelo: ONIX MT JOY Ano: 2018, Tipo: Veículo de passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
2	Marca: FIAT, Modelo: PALIO WK 1.4 Ano: 2013, Tipo: Veículo de passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
3	Marca: HYUNDAI, Modelo: HB 20 Ano: 2018, Tipo: Veículo de passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	ASSISTÊNCIA



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA  
CNPJ: 84.263.862/0001-05  
Av. São Pedro, s/nº, Prédio CPL, 3º andar – Bairro Centro  
CEP: 68.618-000 – Nova Esperança do Piriá/PA  
www.novaesperancadopiria.pa.gov.br





4	Marca: CHEVROLET, Modelo: S10 LT DD4 Ano: 2014, Tipo: Caminhonete, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	EDUCAÇÃO
5	Marca: MASSY FERGUSON, Modelo: 238 e Ano: 2008, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
6	Marca: NEW HOLLAND, Modelo: TT4030 e Ano: 2012, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
7	Marca: NEW HOLLAND, Modelo: TT4030 e Ano: 2014, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
8	Marca: NEW HOLLAND, Modelo: TT4030 e Ano: 2017, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
9	Marca: VOLKSWAGEM, Modelo: VW 13180 e Ano: 2012, Tipo: Caminhão, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
10	Marca: FORD, Modelo: RANGER LTD 13P e Ano: 2011, Tipo: Caminhonete, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
11	Marca: IVECO, Modelo: TECTOR 170 E28 Ano: 2017, Tipo: Caminhão Compactador, veículo pesado movido à diesel	1	unidade	MEIO AMBIENTE
12	Marca: MARCOPOLO, Modelo: VOLARE e Ano: 2013, Tipo: Ônibus Escolar, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	EDUCAÇÃO
13	Marca: MARCOPOLO, Modelo: VOLARE V8L EO e Ano: 2014, Tipo: Ônibus Escolar, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	EDUCAÇÃO
14	Marca: VOLKSWAGEM, Modelo: VW 15190 EOD e Ano: 2010, Tipo: Ônibus Escolar, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - EDUCAÇÃO
15	Marca: IVECO, Modelo: 70C17 CITY e Ano: 2012, Tipo: Ônibus Escolar, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	EDUCAÇÃO
16	Marca: KOMATSU, Modelo: WA 200-5 e Ano: 2010, Tipo: Carregadeira, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
17	Marca: CASE, Modelo: 845 e Ano: 1998, Tipo: Motoniveladora, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
18	Marca: CASE, Modelo: XCM2 4X4 e Ano: 2000, Tipo: Retro	1	unidade	PREFEITURA
19	Aquisição de peças mecânicas/elétricas e acessórios novos, da Marca: CATERPILLAR, Modelo: 120k e Ano: 2014, Tipo: Motoniveladora, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
20	Marca: KOMATSU, Modelo: D41 e Ano: 2002, Tipo: Trator de Esteira, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
21	Marca: VOLKSWAGEM, Modelo: VW26280 e Ano: 2014, Tipo: Caçamba, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code





Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

Poder Executivo

CNPJ: 84.263.862/0001-05 / www.novaesperancadopiria.pa.gov.br



22	Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: VW13180 e Ano: 2010, Tipo: Caçamba, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
23	Marca: RANDON, Modelo: RD406 e Ano: 2012, Tipo: Retroescavadeira, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
24	Marca: JCB, Modelo: JCB 4CX e Ano: 2018, Tipo: Retroescavadeira, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
25	Marca: VALTRA, Modelo: A950-4 e Ano: 2010, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	PREFEITURA
26	Marca: MITSUBISHI, Modelo: L200 4X4 e Ano: 2010, Tipo: Caminhonete, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
27	Aquisição de peças mecânicas/elétricas e acessórios novos, da Marca: CHEVROLET, Modelo: CORSA CLASSIC e Ano: 2014, Tipo: Veículo de Passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
28	Aquisição de peças mecânicas/elétricas e acessórios novos, da Marca: FIAT, Modelo: FIORINO 1.4 FLEX e Ano: 2014, Tipo: Ambulância, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
29	Aquisição de peças mecânicas/elétricas e acessórios novos, da Marca: RENAULT, Modelo: CANGOO e Ano: 2014, Tipo: Ambulância, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
30	Marca: FIAT, Modelo: DUCATO e Ano: 2010, Tipo: Ambulância Samu, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
31	Marca: MARCOPOLO, Modelo: VOLARE V8L ON e Ano: 2018, Tipo: Van, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
32	Marca: PEUGEOT, Modelo: FURGÃO e Ano: 2015, Tipo: Ambulância, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
33	Marca: FIAT, Modelo: HARD WORKING e Ano: 2018, Tipo: Ambulância, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
34	Marca: FIAT, Modelo: DUCATO e Ano: 2019, Tipo: UTI Móvel, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
35	Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL 1.0 e Ano: 2019, Tipo: Veículo Passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
36	Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL 1.0 e Ano: 2020, Tipo: Veículo Passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE
37	Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: AMAROK CD 4X4 e Ano: 2018, Tipo: Caminhonete, veículo leve movido à diesel	1	unidade	SAÚDE
38	Marca: CHEVROLET, Modelo: ONIX 1.0 JOY Ano: 2019, Tipo: Veículo de passeio, veículo leve movido à gasolina	1	unidade	SAÚDE



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA  
CNPJ: 84.263.862/0001-05  
Av. São Pedro, s/n°, Prédio CPL, 3º andar – Bairro Centro  
CEP: 68.618-000 – Nova Esperança do Piriá/PA  
www.novaesperancadopiria.pa.gov.br



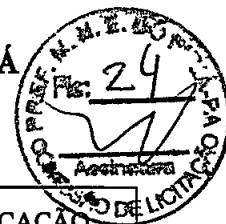


Estado do Pará

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ**

Poder Executivo

CNPJ: 84.263.862/0001-05 / [www.novaesperancadopiria.pa.gov.br](http://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br)



39	Marca, FIAT, Modelo: STRADA FREEDOM, Ano 2023, Tipo: Veículo Passeio, veículo leve flex	1	unidade	EDUCAÇÃO
40	Marca: YANMAR, Modelo: OLD FACE SOLIS 75 12X12 e Ano: 2022, Tipo: Trator, veículos pesado movido à diesel	1	unidade	AGRICULTURA
41	Marca: VOLSKWAGEN, Modelo: Delivery 2p, Ano 2022, Tipo: Veículo Caminhão, Movido a Diesel, Papa lixo	1	unidade	MEIO AMBIENTE
42	Marca: FIAT, Modelo: Argo, Ano: 2023, Tipo: Caminhonete	1	unidade	ASSISTÊNCIA
43	Marca: FIAT, Modelo: Cronos 1.0, Ano: 2023, Tipo: Veículo de passeio	1	unidade	ASSISTÊNCIA

### 3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O serviço se justifica face ao interesse público de executar-se a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, para o desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da Administração, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos. Além disso, além da salvaguarda do patrimônio público, a referida manutenção também se torna necessária com vistas a segurança dos usuários dos veículos.

3.2. A manutenção corretiva e preventiva das máquinas pesadas e veículos da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá/PA, visa garantir condições adequadas de operação, de modo a preservar a continuidade dos serviços públicos oriundos da gestão executiva, sobremaneira àqueles prestados pela Secretaria de Obras e Transporte, como reparos mecânicos em geral, direção, hidráulico, montagem e desmontagem do motor, caixa de machas, regulagem, dentre outros (máquinas pesadas em geral, tratores, retro escavadeiras, patrol). Vale destacar que o desgaste e deterioração natural das peças de veículos em geral, traz a evidente necessidade de reparos e mecânica em geral, ou seja, manutenção corretiva da frota.

3.3. Os serviços em questão encontram-se definidos como natureza continuada, visto que a paralisação comprometeria a logística dos serviços, e poderia acarretar prejuízos à continuidade dos serviços prestado a população.

3.4. Com a necessidade continua da manutenção corretiva e preventiva dos veículos da municipalidade esperam-se prolongar a vida útil e dando maior segurança na trafegabilidade dos veículos e máquinas que compõe a frota do Município de Nova Esperança do Piriá/PA.

3.5. A contratação dos serviços, portanto, visa otimizar a qualidade dos serviços que envolvem a manutenção e funcionalidade da frota de veículos, além de possibilitar melhor controle sobre a utilização desta. Isso, porque, com o término da garantia dos veículos, se impõe necessário manter os mesmos em condições de utilização e segurança.

3.6. Cabe lembrar que O Município de Nova Esperança do Piriá/PA, não dispõem de pessoal técnico especializados para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva a fim de manter os



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA  
CNPJ: 84.263.862/0001-05  
Av. São Pedro, s/nº, Prédio CPL, 3º andar – Bairro Centro  
CEP: 68.618-000 – Nova Esperança do Piriá/PA  
[www.novaesperancadopiria.pa.gov.br](http://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br)





veículos em perfeitas condições de uso a qualquer tempo, exigindo, desta forma, a contratação de tais serviços.

3.7. Por tanto, trata-se de contratação absolutamente essencial, cujos serviços a serem prestados pela contratada contribuirão para manter a frota veicular deste Município em perfeitas condições de uso e conservando o bem público, que é uma obrigação do agente público.

3.8. Vale ressaltar o cumprimento das determinações impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei N° 9.503, de 23 de Setembro de 1997 e as Resoluções do CONTRAN que estabelecem parâmetros para a conservação dos veículos em circulação no território nacional, bem como contribuir com a preservação ambiental por meio da economia no uso de combustíveis e a redução na emissão de poluentes.

#### **4. DA QUALIDADE DOS MATERIAIS/SERVIÇOS:**

##### **4.1. Experiência e Credenciais:**

- O contratado deve ter comprovada experiência na prestação de serviços similares.
- Deve possuir todas as licenças, autorizações e certificações necessárias para operar legalmente na área de atuação.

##### **4.2. Qualidade dos Serviços:**

- Os serviços devem ser executados de acordo com as melhores práticas do mercado.
- Devem ser fornecidos dentro dos prazos acordados, sem comprometer a qualidade.

##### **4.3. Conformidade com Normas e Regulamentações:**

- Todos os serviços prestados devem estar em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

##### **4.4. Garantia de Qualidade:**

- O contratado deve oferecer garantias adequadas para os serviços prestados.

4.5. Os proponentes serão avaliados com base em sua capacidade de atender aos critérios de qualidade mínima estabelecidos.

#### **5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

##### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR

5.2. PREÇO, em conformidade com a Lei n.º 14.133/21, para consequente e posterior contratação de empresa do ramo para o fornecimento dos materiais/serviços.

##### **REGIME DE EXECUÇÃO**

5.3. A execução do objeto será de acordo com as especificações e quantidades, limitado ao quantitativo de cada item, apresentadas em cada requisição emitida pelo órgão solicitante.

##### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

5.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.5. Da habilitação prévia:



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code





Estado do Pará

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ**

Poder Executivo

CNPJ: 84.263.862/0001-05 / [www.novaesperancadopiria.pa.gov.br](http://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br)



5.5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a mesma deverá anexar no sistema de pregão eletrônico os seguintes cadastros/consultas:

5.5.2. SICAF;

5.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br));

5.5.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

5.5.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.5.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

5.6. Os fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão encaminhar sua declaração, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010.

5.6.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

5.6.2. Caso O Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 5 (cinco) dias, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

5.7. Os licitantes que estiverem ou não cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

5.8. É obrigatório que os locais da prestação dos serviços se encontrem no centro urbano da sede do Município de Nova Esperança do Piriá/PA, obrigatoriamente, devendo estar na época da contratação, devidamente instalado em terra, licenciado e apto para receber e realizar, justifica-se que caso os pontos da execução estiverem numa distância maior, o Município terá um gasto excessivo de combustíveis para poder gozar dos serviços licitados para seus veículos, com visíveis prejuízos ao erário.

5.9. Habilitação jurídica:

5.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



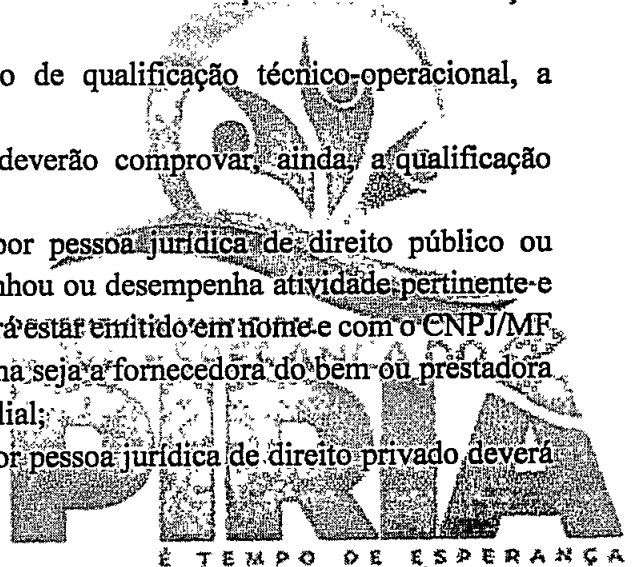
Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA  
CNPJ: 84.263.862/0001-05  
Av. São Pedro, s/nº, Prédio CPL, 3º andar – Bairro Centro  
CEP: 68.618-000 – Nova Esperança do Piriá/PA  
[www.novaesperancadopiria.pa.gov.br](http://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br)





- 5.9.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.9.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.9.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 5.9.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
- 5.9.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 5.9.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 5.10. Na contratação para o fornecimento, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:
- 5.10.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica e documentos complementares, por meio de:
- 5.10.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por ~~pessoa jurídica de direito público ou privado~~, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade ~~pertinente e compatível~~ em características ao objeto da licitação, ~~deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante, caso esta última seja a fornecedora do bem ou prestadora do serviço o atestado deverá estar emitido em nome da filial;~~
- 5.10.1.2. O Atestado de Capacidade Técnica expedido por ~~pessoa jurídica de direito privado~~ deverá constar firma reconhecida em cartório;
- 5.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:
- 5.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no cadastro de pessoas físicas, conforme o caso, juntamente com a Consulta Quadro de Sócios e Administradores (QSA), emitido nos últimos 30 (trinta) dias;
- 5.11.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto n.º 6.106/07);
- 5.11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Tributária e não tributária);
- 5.11.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da





Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 e (Inciso incluído pela Lei 12.440 de 2011) [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br), acompanhado da Certidão Negativa de Controle de Processos de Multas e Recursos, conforme artigo 5º, parágrafo único, da Portaria MTE n.º 1421, de 12 de setembro de 2014, em conjunto com a certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante (pje e autos físicos: 1º e 2º grau);

5.11.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.11.7. Prova de inscrição e regularidade Fazenda Municipal, por meio da Certidão Negativa de Débitos e de Regularidade Fiscal, expedidas pela SEFIN, do domicílio ou sede do licitante e da contratante;

5.11.8. Certidão Negativa de (Nada Consta) na Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais);

5.11.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.11.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. No prazo de cinco dias prorrogável por igual período a critério da administração.

5.12. Os licitantes que estiverem ou não cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no nível da Qualificação econômico-financeira, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

5.12.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro 2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão e dos sócios;

5.12.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

5.12.3. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

5.12.4. No caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007);







- 5.12.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 5.12.6. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; e$$

- 5.12.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

5.13. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.14. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

5.14.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.16. Os documentos sem prazo de validade deverão ter sido expedidos com até 30 (trinta) dias de antecedência da data de abertura da licitação.

5.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.





Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

Poder Executivo

CNPJ: 84.263.862/0001-05 / www.novaesperancadopiria.pa.gov.br



- 5.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 5.20. Outros documentos que devem ser anexados no sistema de realização do pregão eletrônico:
- 5.20.1. Declaração de que contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou serviços que causar ao Município de Nova Esperança do Piriá/PA, a terceiros, por si, representantes ou sucessores;
- 5.20.2. Declaração de que NÃO possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/1999;
- 5.20.3. Declaração de que NÃO possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- 5.20.4. Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 5.20.5. Declaração de empregabilidade de pessoas com necessidades especiais;
- 5.20.5.1.  possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC n.º 0042/2008, publicada em 11/06/2008);
- 5.20.5.2.  não possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois a empresa possui menos de 20 empregados, de acordo com o disposto no art. 28, § 6º, da Constituição do Estado do Pará (EC n.º 0042/2008, publicada em 11/06/2008);
- 5.20.6. Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, tendo assim condições para participação no presente certame;
- 5.21. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 5.21.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 5.21.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;
- 5.21.3. Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

## 6. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Considerando a estimativa de valor da contratação realizada nos ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.
- 6.2. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta.
- 6.3. Os itens do objeto das aquisições deverão observar rigorosamente as especificações e descrições



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA  
CNPJ: 84.263.862/0001-05  
Av. São Pedro, s/nº, Prédio CPL, 3º andar – Bairro Centro  
CEP: 68.618-000 – Nova Esperança do Piriá/PA  
www.novaesperancadopiria.pa.gov.br





abaixo:

- O valor total estimado dos itens deste ETP totaliza a importância de **R\$ 1.886.783,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e três reais).**

6.4. A metodologia utilizada para definição do valor estimado foi através cotação prévia no Banco de Preços pesquisas regionais de fornecedores de onde se obteve o valor médio.

Item	Critérios Estatísticos por Item						
	Média	Desvio Padrão Anual	Coefficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Mediana	
						Unit	Total
Serviços Mecânicos para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	148,00	49,50	33,44	Média	R\$ 113,00	R\$ 148,00	R\$ 340.400,00
Serviços Elétricos para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	141,37	21,36	15,11	Média	R\$ 128,00	R\$ 130,10	R\$ 212.055,00
Serviços Lanternagem para Veículos a Gasolina, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	157,78	3,85	2,44	Média	R\$ 153,34	R\$ 160,00	R\$ 268.226,00
Serviços Mecânicos para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	79,24	23,33	29,44	Média	R\$ 50,00	R\$ 73,50	R\$ 285.264,00
Serviços Elétrico para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	149,00	0	0	Média	R\$ 149,00	R\$ 149,00	R\$ 283.100,00
Serviços Lanternagem para Veículos a Diesel, (mão de obra), necessários à manutenção e conservação de veículos.	157,00	11,31	7,21	Média	R\$ 149,00	R\$ 157,00	R\$ 282.600,00
Serviços Mecânicos de Torno e Solda, conforme necessidades do Município.	153,67	20,50	13,34	Média	R\$ 130,00	R\$ 165,00	R\$ 215.138,00

## 7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

### SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

### VISTORIA

7.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução/aquisição dos materiais/serviços.

7.4. Atender satisfatoriamente as especificações dos itens, observando as obrigações técnicas e legais pertinentes.

7.5. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pelos danos e prejuízos, pessoais ou materiais que, direta ou indiretamente, em razão do exercício da atividade contratada, venha causar à contratante e (ou) a terceiro, por eles respondendo.



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code





## 8. DA VIGÊNCIA:

8.1. A vigência se dará da data de assinatura deste instrumento, visando atender um período de 12 meses, prorrogável por períodos sucessivos, caso perdure a necessidade da Prefeitura Municipal, através dos Fundos Municipais, de acordo com a lei 14.133/21.

## 9. DO LOCAL DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1. Av. São Pedro, s/n, Bairro Centro, CEP: 68.618-000, Nova Esperança do Piriá/PA, (Prefeitura Municipal, Secretarias e Fundos), de segunda a sexta feira, das 08:00 às 18:00.

9.2. Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo imediato, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos conforme critérios de avaliação pela equipe técnica, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 10. DA DOTAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

10.1. A despesa decorrente da execução dos serviços, objeto do Processo de licitação, correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal, do exercício de 2024, nos termos da Lei 14.133/21.

## 11. DA FORMA DE PAGAMENTO:

11.1. O pagamento realizar-se-á até no máximo de 30 (Trinta) dias após o recebimento dos materiais/serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal e após o atesto do documento, através de transferência bancária.

11.2. O Contratante se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os materiais/serviços fornecidos não corresponderem às especificações técnicas.

11.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

12.2. Disponibilizar o local de entrega e a Comissão responsável pelo recebimento.

12.3. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Termo de Referência.





- 12.5. Comunicar à CONTRATADA até o 5º dia útil, após apresentação da Nota Fiscal, o agente servidor responsável pelo recebimento, dos produtos adquiridos.
- 12.6. Fiscalizar a execução do objeto, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso.
- 12.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato.

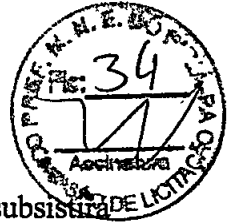
### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 13.1. Fornecer o objeto deste Contrato, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, na Proposta aprovada, na Nota de Empenho e quando for o caso, nas ordens de fornecimento, isentos de defeitos de fabricação.
- 13.2. Entregar os produtos/serviço na presença do(s) servidor (es) devidamente designado(s) na conformidade Lei Federal n.º 14.133/21, no local informado neste Termo, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta dos produtos.
- 13.3. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos/serviço, ainda que seja transporte especial quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete.
- 13.4. A contratada fica obrigada a manter a qualidade e validade dos produtos, exigida conforme Termo de Referência, bem como, deverá arcar com substituições em decorrência de defeitos de fabricação, avarias das embalagens, armazenamento inapropriado e outros eventos, advindos do transporte que possam causar prejuízo.
- 13.5. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verificarem danos em decorrência decorrente de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pela CONTRATANTE, e outros), providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 13.6. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custos necessários ao cumprimento do objeto.

### 14. DA FISCALIZAÇÃO:

- 14.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 14.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 14.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos





(Lei Federal n.º 14.133/21), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o produto adquirido, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança deste último.

### 15. DAS PENALIDADES:

- 15.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, poderá ensejar a aplicação à Contratada das sanções, conforme o que determina a Lei Federal n.º 14.133/21;
- 15.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 15.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Referência, elegem as partes como fórum, a Comarca sede da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

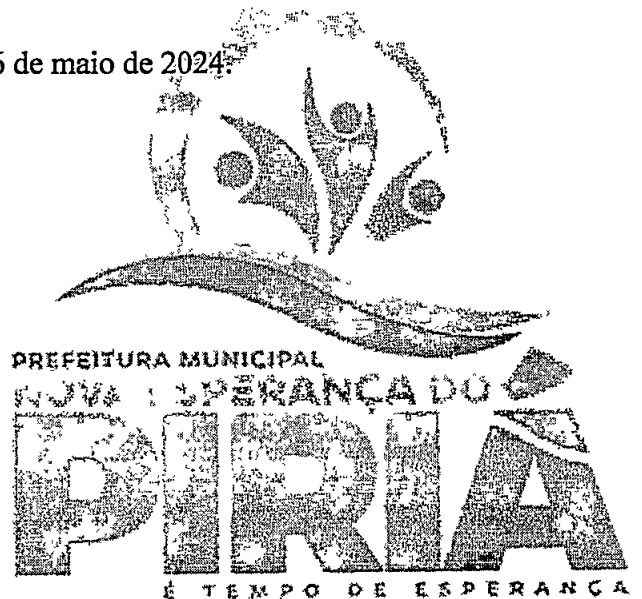
Nova Esperança do Piriá/PA, 16 de maio de 2024.

ELABORADO POR:

**Lucas Marques Cordeiro / Matr.: 006774**  
Equipe de Planejamento da Contratação

**Carem Mayane Almeida de Lima / Matr.: 007183**  
Departamento de Compras

*Carem Mayane A. de Lima*  
Diretora de Dept.º de Compras  
Decreto: 008/2023



Tenha acesso ao portal de licitações públicas da PMNEP apontando a câmera do seu smartphone fazendo a leitura do QR Code

